

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Adriana Ventura - NOVO/SP

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O SISTEMA PORTUÁRIO BRASILEIRO
(PL 733/2025)

Dispõe sobre o Sistema Portuário Brasileiro, regula a exploração dos portos, as atividades de operação portuária, o trabalho portuário e dá outras providências.

EMENDA Nº , de 2025

Inclua-se o art. 136-A ao presente projeto de lei, com a redação a seguir:

“Art. 136-A. O Poder Executivo estabelecerá na Lei Orçamentária Anual, a seu critério, dotação específica para apoiar adaptações ambientais, tecnológicas ou outras previstas nesta lei, ficando vedado o custeio direto dessas iniciativas mediante tarifa dos serviços portuários ou de demais taxas relativas a esses serviços ou por meio de obrigações ou contrapartidas compensatórias ou regulatórias impostas aos agentes do Sistema Portuário Brasileiro.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade assegurar que eventuais investimentos em infraestrutura decorrentes de exigências de natureza ambiental, tecnológica ou outras previstas no presente projeto de lei — especialmente aquelas relacionadas a padrões ESG (ambientais, sociais e de governança) — sejam objeto de previsão orçamentária federal, respeitando os princípios da boa governança pública e da unicidade do orçamento.

Nos moldes do texto atual do projeto, há risco de que o ônus dessas adaptações recaia, de forma unilateral e desproporcional, sobre os agentes econômicos do setor, por meio do repasse compulsório de custos via tarifas, taxas ou obrigações compensatórias ou regulatórias, sem adequada contrapartida pública. Tal distorção cria um mecanismo de subsídio cruzado, que distorce a livre concorrência, penaliza a eficiência operacional e desestimula investimentos privados.

Se a política ESG é uma diretriz do Estado brasileiro, seu financiamento deve se dar de forma transparente, via orçamento público, e não por meio de mecanismos indiretos que comprometem a previsibilidade regulatória e a



sustentabilidade financeira dos operadores portuários. Ao estabelecer a vedação expressa ao custeio dessas adaptações via tarifas ou contrapartidas, a emenda resguarda a neutralidade econômica das tarifas públicas e evita o uso das agências reguladoras como instrumentos arrecadatários indiretos.

Adicionalmente, a proposta reforça o princípio da responsabilidade fiscal, ao vincular qualquer despesa decorrente de obrigações legais à respectiva previsão orçamentária na Lei Orçamentária Anual (LOA), em respeito ao devido processo legislativo e ao planejamento governamental.

Em suma, trata-se de uma proposta que aprimora o projeto original ao garantir coerência entre as políticas públicas ambientais e a lógica orçamentária e regulatória do Estado, sem transferir custos indevidos ao setor produtivo e aos usuários do sistema portuário.

Pelo exposto, submeto a presente emenda à consideração desta Comissão.

Deputada ADRIANA VENTURA
(NOVO/SP)

